

PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 11 • 1993

DIRECTOR

A. M. HESPAÑHA

REDACÇÃO

Álvaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-ISCTE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLL); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLL); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretária da Redacção: Dulce Freire

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Na capa: Almada Negreiros in Silva Tavares, *Roteiro da Mocidade do Império*, Lisboa, Divisão de Publicações e Bibliotecas, Agência-Geral das Colónias, 1938, p. 23. Cortesia da Livraria Histórica e Ultramarina e do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa.

© EDIÇÕES COSMOS
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Capa

Fotolitos e Impressão: Joerna

Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: 28 de Maio de 1993

Depósito Legal: 49152/91

ISSN: 0871-7486

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P 1000 Lisboa

Telefones: 795 51 40 (6 linhas)

Fax: (1) 796 97 13 • Telex 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa

Telefones: 342 20 50 • 346 82 01

Fax: (1) 796 97 13

Portugal em África (1825-1974): Uma Perspectiva Global

Valentim Alexandre*

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

1. Introdução

Em 1940, num livro com um título sugestivo — *O Mundo que o Português Criou* —, o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre formulou pela primeira vez uma teoria que pretendia dar base científica a uma alegada «vocação» de Portugal (e, em certa medida, também da Espanha) para se ligar harmoniosamente a outros povos, em particular os africanos. Segundo essa teoria — o «luso-tropicalismo» —, as relações estabelecidas pelos portugueses com os habitantes das regiões tropicais seguiriam um modelo específico, diferente do que é próprio, nomeadamente, dos povos do Norte da Europa. O português teria uma aptidão especial para se «unir aos Trópicos» por uma união de amor e não de interesse, baseada na compreensão e na adesão aos valores de cultura que encontra no ultramar; essa «natureza tropicalista» derivaria do longo contacto, na Europa, com os povos árabes, e teria como traço fundamental a ausência de preconceito rácico e a capacidade de estabelecer com as populações não europeias relações de «interpenetração» cultural e biológica, sem o horror ao mestiçamento que caracterizaria os anglo-saxões. Uma vez que, por outro lado, a acção portuguesa visaria a transmissão de valores universais, independentes da raça ou da civilização, porque ligados ao cristianismo, o sistema de relações raciais estabelecido nas colónias de Portugal tenderia à «integração» — a união num todo coerente de elementos diferentes mas adaptáveis uns aos outros¹.

Ao tempo em que foi formulada, a tese de Gilberto Freyre foi recebida em Portugal com muitas reticências. Estava-se na época da afirmação do império, dos valores da «raça», a impor a populações pouco menos que selvagens. Mais tarde, porém, o luso-tropicalismo veio a ganhar foros de doutrina oficial, pela base científica aparente que dava às ideias da especificidade da presença portuguesa em África e de integridade nacional, isto é, de uma nação una espalhada por vários continentes.

Ainda hoje, quinze anos depois da descolonização, as teses do luso-tropicalismo continuam a ter largo curso em Portugal, embora sob forma difusa: são correntes as referências à «vocação ecuménica» do país, à sua capacidade para se relacionar com outros povos, nomeadamente os africanos e, dentre estes, os das antigas colónias.

Cabe à análise histórica aferir da validade de teorias deste tipo. Vamos ver, ainda que muito rapidamente e atendo-nos aos últimos dois séculos, se o que

sabemos das relações entre Portugal e África confirma ou infirma o modelo explicativo proposto por Gilberto Freyre.

2. A Transição: do Brasil para África

Durante vários séculos, a função dos territórios de África no império colonial português foi essencialmente a de fornecerem mão-de-obra escrava. As primeiras exportações por mar têm lugar desde meados do século XV, a partir dos pontos de «resgate» estabelecidos na costa ocidental (Arguim e Costa da Guiné) e com destino às plantações de cana-de-açúcar da metrópole e da Madeira, mais tarde de S. Tomé e Príncipe. Mas só em finais de Quinhentos o tráfico negreiro se expande, acompanhando o impulso da economia açucareira no Brasil, a que se acrescenta, no século XVIII, a exploração aurífera.

Em parte, estes escravos eram obtidos pelo emprego directo da força militar portuguesa. Tal foi o móbil, por exemplo, das chamadas «guerra angolanas», a partir de 1575; mas depressa se institucionalizam sistemas menos precários de aprovisionamento: o litoral luandense passa a receber escravos provenientes de zonas longínquas da África central, por intermédio dos reinos de Matamba e sobretudo de Cassange (da região do rio Cuango), que os conseguiam principalmente por comércio com o império lunda do Muatianva. Este império tributava em escravos uma vasta região, trocando-os depois por produtos importados através do Cassange. Mais a sul, é o povo quimbundo que exerce a função de intermediário entre o litoral (Benguela) e o interior do continente.

Formados em meados do século XVII, estes circuitos subsistem ainda na primeira metade de Oitocentos. Entretanto, o aumento da procura de mão-de-obra no Brasil (e também nas ilhas francesas do Índico) conduziu à integração de Moçambique, desde finais do século XVIII, nos fluxos do tráfico negreiro. Também aqui o domínio colonial directo se limita essencialmente ao litoral do continente — neste caso, a alguns pontos costeiros: Lourenço Marques, Inhambane, Sofala, Quelimane, ilha de Moçambique, Ibo, a que há que acrescentar apenas Sena e Tete, no curso do Zambeze. É por estes pontos que se efectua a ligação entre os sistemas africanos de comércio a longa distância e as redes transoceânicas, assim como, na costa ocidental, ténues sociedades constituídas nos portos negreiros e zonas limítrofes faziam a articulação entre as correntes de tráfico do continente e o sistema colonial mercantilista.

Enquanto fornecedoras de mão-de-obra escrava, as possessões africanas detêm uma posição essencial, mas subordinada, no conjunto do sistema, cujo centro produtivo é o Brasil. Na fase final do sistema luso-brasileiro, as relações directas entre os territórios coloniais africanos e Portugal são muito frouxas (com a excepção das ilhas de Cabo Verde). Em Angola, a influência portuguesa imediata vinha decrescendo, e era mínima nos começos do século XIX: o comércio negreiro, base de toda a economia colonial angolana, encontrava-se quase inteiramente controlado por traficantes estabelecidos nos portos do Brasil; para aí tornava a maioria dos comerciantes de Angola, com os seus capitais, quando liquidavam as suas casas, muitas

vezes simples filiais das brasileiras; uma grande percentagem dos bens importados para permuta pelos escravos vinha do Brasil, embora fossem de produção europeia ou indiana. Quanto a Moçambique, os contactos com a metrópole eram ainda mais frágeis, limitando-se à «nau de viagem», embarcação todos os anos enviada à Índia por conta da Coroa que, habitualmente, mas nem sempre, fazia escala naquela possessão. O comércio externo moçambicano estava controlado desde os fins do século XVII pelos banianes (uma casta de comerciantes estabelecidos em Diu) e, na zona a norte do Zambeze, pelos árabes; em finais do século XVIII, com o aumento do tráfico negreiro, cresciam igualmente os interesses brasileiros na costa oriental.

É esta a situação, quando o império luso-brasileiro se desmembra, pela secessão do Brasil, num processo que começa em 1808 com a transferência da corte de Lisboa para o Rio e a abertura dos portos do território americano e termina em 1825 com o tratado por que Portugal reconheceu a independência daquele reino.

As colónias de África mantiveram-se todas elas sob a soberania portuguesa. Para isso contribuiu decisivamente a intervenção diplomática da Grã-Bretanha, para a qual era inaceitável a formação de um novo império sul-atlântico e que por isso apoiou Portugal neste ponto, levando à inclusão no tratado de reconhecimento de uma cláusula que obrigava o governo brasileiro a não aceitar o eventual oferecimento de qualquer domínio português para se lhe reunir. Mas as estruturas sociais e económicas das possessões africanas não sofreram qualquer ruptura fundamental, mantendo-se os seus laços de subordinação ao Brasil.

Nestas condições, o reforço da presença de Portugal em África importava numa verdadeira tarefa de recolonização. As primeiras tentativas de fomentar as relações comerciais entre a metrópole e as colónias do continente negro surgem logo nos anos vinte; mas é preciso esperar pelo fim do conflito entre liberais e absolutistas, com a vitória dos primeiros, em 1834, para vermos formular o primeiro projecto global que tem os territórios africanos como centro: trata-se do muito conhecido plano de Sá da Bandeira, expresso já num relatório de Fevereiro de 1836 e prosseguido num conjunto de medidas promulgadas nos anos seguintes. O ponto de partida desse projecto estava na abolição do tráfico de escravos transoceânico (decretada a 10 de Dezembro de 1836), tida como essencial para uma rápida reconversão da economia das colónias, pela aplicação dos capitais nele empregues a actividades produtivas, e pela utilização local dos trabalhadores antes exportados — esperando-se, assim, concorrer vantajosamente na produção de géneros tropicais com o próprio Brasil, já que este era obrigado a importar os escravos por preços elevados. Os efeitos da extinção do tráfico seriam ainda completados pela proibição do serviço de «carregadores» (negros livres forçados ao trabalho de transporte de mercadorias entre o litoral e o sertão), com que se contava para conseguir uma utilização mais racional de mão-de-obra, pela sua transferência para o sector agrícola. Tinha-se em vista, por fim, a centralização do comércio dos géneros coloniais na metrópole, pela protecção da navegação portuguesa e pela concessão de isenções fiscais nas trocas com os domínios ultramarinos. A tudo isto se acrescentava a reforma da administração

colonial, tendente a reforçar a soberania de Portugal nas possessões de África; e a projectada ocupação das zonas da foz do Cunene e do Congo, a sul e a norte, respectivamente, do território angolano.

Era um plano coerente. A via colonial assim traçada respondia a uma preocupação muito comum entre as elites portuguesas, na primeira metade de Oitocentos: a que respeitava à viabilidade da existência do país como nação independente, após o desmembramento do império luso-brasileiro. Sá da Bandeira é o mais eminente e o mais persistente dos defensores da expansão ultramarina como base para o desenvolvimento de um capitalismo nacional e para o reforço da posição de Portugal entre as potências. Mas não se trata de um caso isolado, mesmo no segundo quartel de Oitocentos: já por esta altura eram frequentes, tanto na imprensa como nos documentos oficiais, as referências às potencialidades das colónias de África, nas quais se via o germen de «novos Brasis».

No entanto, o seu projecto falha inteiramente, nesta fase, pelas resistências que encontra em Angola e Moçambique, onde, sob a capa da soberania formal de Lisboa, são na verdade os negreiros quem continua a dominar: nos raros casos em que com eles não colaboram, os governadores enviados da metrópole vêem-se coagidos a demitir-se, por falta de recursos financeiros. As ligações ao Brasil mantiveram-se incólumes: o tráfico de escravos não foi extinto, nem conheceu mesmo qualquer solução de continuidade, atingindo os seus números grande expressão em finais da década de trinta e por toda a década de quarenta; o serviço forçado de carregadores conservou-se inalterado; globalmente, as condições da actividade colonial não se modificaram. Da expansão territorial projectada, apenas um marco ficou, a povoação de Moçâmedes, fundada em 1839.

3. Rumo à Partilha de África

A partir do começo da década de cinquenta, duas mutações de fundo vão contribuir para abrir novas perspectivas à actividade colonial. Por um lado, o Brasil fecha as suas portas à importação de escravos, lesando gravemente o comércio negreiro, sobretudo em Angola: os embarques continuam, em particular na costa de Moçambique, com destino a Cuba e às ilhas francesas do Índico, mas o seu número é agora muito inferior ao dos anos precedentes. Por outro lado, termina em Portugal o longo ciclo de conflitos e de guerras civis que abalara o país desde 1820, passando-se ao período de relativa estabilidade política conhecido pela «Regeneração».

É neste novo quadro que se faz o relançamento do projecto de Sá da Bandeira, ainda sob a sua direcção, na qualidade de presidente do Conselho Ultramarino. Os objectivos são sensivelmente os mesmos: expansão territorial, nomeadamente na região do Congo e na Zambézia; fomento da economia de plantação, aproveitando agora a plétora de mão-de-obra resultante da queda do tráfico de negros; reforço das ligações mercantis entre a metrópole e as colónias, cortados que estavam os laços que as uniam ao Brasil.

Prosseguida com grande persistência nas décadas seguintes, esta política vai no entanto dar resultados muito escassos, até aos anos oitenta. Em Angola, a tentativa

de ocupação do litoral norte, rumo à foz do Congo, fica-se por Ambriz (tomada em 1855), face ao duplo obstáculo representado pela resistência das populações da zona e pela pressão diplomática britânica; no interior, a história deste período faz-se de fluxos e refluxos em escala limitada, sem avanços significativos². Em Moçambique, a luta conduzida contra os senhores dos «prazos» da Zambézia (mestiços africanizados que em muitos casos se opunham ao domínio português) saldou-se por um fracasso, culminando na derrota da expedição enviada de Portugal em 1869. No campo mercantil, há um efectivo aumento das relações entre a metrópole e o ultramar, mas sobre números muito baixos, que não ultrapassam nunca uma percentagem mínima do total do movimento comercial português³. Quanto à economia de plantação, só conhece o êxito na pequena ilha de S. Tomé, que, com as suas roças de cacau e de café, se torna então o «jóia» das possessões do país.

As mutações de fundo, os grandes movimentos que darão a sua forma definitiva ao império africano, só vêm a ocorrer no último quartel do século, em plena época da partilha de África, num processo paralelo ao da expansão colonial de várias outras nações europeias. Esta coincidência no tempo tem dado peso à ideia de que Portugal se limitou então a reagir à nova situação criada pelas potências no continente africano, despertando tardiamente para a necessidade da ocupação efectiva dos territórios, após mais de meio século de desinteresse pelo ultramar, vivido à sombra dos direitos históricos nascidos das descobertas. Mas essa perspectiva é falsa: como acabámos de referir, o Estado português, longe de abandonar as possessões à sua sorte, fez sempre delas uma das prioridades políticas nacionais, durante o liberalismo oitocentista (prioridade que é possível verificar, por via quantitativa, através da análise dos respectivos orçamentos⁴). A aceleração de movimento de ocupação territorial, verificada tanto em Angola como em Moçambique no final do século, resulta de causas gerais — as mesmas, aliás, que explicam o rápido movimento de divisão do continente africano em menos de duas décadas.

Causas, em primeiro lugar, ligadas ao desenvolvimento do capitalismo e ao progresso técnico que lhe é inerente, com repercussões mais visíveis em três sectores: o dos transportes e comunicações, pela generalização da navegação a vapor e, mais tarde, pela instalação de cabos submarinos, dando lugar a uma presença europeia mais densa em África e a uma maior eficácia na transmissão das directrizes metropolitanas; o das técnicas médicas e sanitárias, que, sobretudo após a vulgarização do uso do quinino, passaram a permitir a sobrevivência de europeus em zonas onde, ainda em meados de Oitocentos, eram prontamente dizimados; e o das técnicas militares, domínio em que a utilização de novas armas — espingardas de repetição, metralhadoras —, mais fáceis de carregar, mais precisas e de maior alcance ou de maior poder de fogo, veio cavar um fosso intransponível nesta fase entre o potencial de combate das tropas europeias e o das africanas.

Em segundo lugar, causas relacionadas com a evolução da própria África, onde, ao longo de todo o século, e sobretudo na sua segunda metade, a influência dos fluxos mercantis externos foi minando cada vez mais profundamente os sistemas políticos

tradicionais, propiciando o aparecimento de «notáveis» de novo tipo, cujo poder resulta do controlo de pontos-chave das redes de trocas comerciais e da apropriação de um dos produtos de importação — as armas de fogo. Levando à desagregação dos impérios africanos e à multiplicação de micro-unidades políticas extremamente instáveis, esta evolução facilita a penetração europeia de finais de Oitocentos, explicando por uma grande parte a sua rapidez.

Tudo isto é bem visível no caso da ocupação portuguesa. Assim, por exemplo, quando em começo dos anos noventa se empreende a conquista da região lunda, no interior de Angola, mal se encontra resistência: florescente em época anteriores, o império centrado nessa zona acabara de ser subvertido pela expansão do povo «Tchokwe». E, por outro lado, é sem dúvida a nova tecnologia militar que leva à inversão da relação de forças na Zambézia, a partir de meados da década de oitenta, e às vitórias da campanha de 1895 contra o império de Gaza, no sul de Moçambique.

Viabilizada pela evolução global dos dois continentes, a partilha é ainda condicionada e modelada pelas novas correntes ideológicas que se afirmam na fase final de Oitocentos, marcadas pela crença inabalável na superioridade da civilização ocidental e da própria raça branca em si. Nas suas formas mais moderadas, esta crença levava a reclamar para cada uma das nações europeias a missão de civilizar a África, fazendo-a aceder aos valores dos povos mais avançados; nas formas mais extremas — as do chamado «darwinismo social» —, caberia à raça branca o papel de dominar o mundo, pela sujeição ou eliminação das raças inferiores.

Portugal não fica alheio nem a estas correntes ideológicas nem, de modo mais geral, ao reforço do interesse pelo continente africano de finais de Oitocentos. Do amplo movimento que neste período agita a cena portuguesa em torno da questão colonial reteremos aqui apenas as três vertentes que nos parecem mais importantes.

Há, em primeiro lugar, o alargamento das elites directamente envolvidas nos problemas coloniais — alargamento que data já da década de setenta, tendo como manifestação mais evidente a fundação de Sociedade de Geografia de Lisboa em 1876. Até então, embora existisse no conjunto dos vários grupos políticos a ideia difusa da importância potencial das possessões ultramarinas, o número dos que na metrópole intervinham na política a elas relativa era reduzido, limitando-se geralmente aos antigos detentores de cargos coloniais, para além de um ou outro teórico (como Sá da Bandeira) e de um ou outro empresário. Agora, entre as várias centenas de sócios da Sociedade de Geografia contam-se oficiais do exército e da marinha, funcionários, engenheiros e técnicos de obras públicas, negociantes e industriais, proprietários, intelectuais de diversa origem. É de sublinhar sobretudo a alteração de mentalidades no interior do exército, para o qual as colónias de África, antes lugar marginal, passam a constituir o campo de honra por excelência.

O segundo aspecto que queremos aqui salientar é o da passagem da questão colonial a ponto-chave da vida política, interessando e mobilizando, não já apenas as elites, mas vastos sectores da sociedade portuguesa. O factor decisivo para esta evolução reside na confluência entre os temas específicos da expansão ultramarina

e os do nacionalismo antibritânico, de forte tradição popular ao longo do século XIX. É significativo que as primeiras manifestações públicas promovidas em torno de um tema de política colonial, no início dos anos oitenta, tenham por alvo o tratado anglo-português acerca de Lourenço Marques. Depois, o isolamento de Portugal na conferência de Berlim veio reforçar o ressentimento contra a Grã-Bretanha. Finalmente, o *ultimatum* inglês de 1890 — pelo qual o governo de Londres exigiu a retirada de quaisquer forças militares portuguesas dos territórios dos macololos e dos mashonas (a leste de Moçambique), sob pena de corte de relações diplomáticas — provocou em Portugal um profundo sobressalto nacionalista, que durante vários meses sacudiu o país. Era o último passo para transformar o império no símbolo dos valores nacionais, garante da sua afirmação entre as potências.

Mas a ideologia colonialista não apenas se expande e enraíza, neste fim de século: muda também de sentido e de conteúdo (e é este o terceiro ponto a referir neste domínio). Simplificando, podemos dizer que, nas primeiras fases do liberalismo português — desde a sua instauração em 1834 até à década de setenta —, duas correntes coexistiam em matéria de política colonial: a dos pragmáticos, geralmente antigos detentores de cargos no ultramar, que tendiam a resistir às reformas em nome das realidades, fazendo prevalecer os interesses dos estratos dominantes nas possessões; e os que, como Sá da Bandeira, reclamando-se de princípios universalistas com origem no espírito das luzes, tentavam com maior ou menor sucesso transformar as sociedades coloniais escravagistas. Dominante — embora com muitas resistências — até ao último quartel de Oitocentos, esta segunda corrente desfaz-se então: na generalidade, os teóricos juntam-se aos pragmáticos, na defesa de uma linha dura, de cariz racista, para as colónias. É o tempo, também na cena portuguesa, do «darwinismo social» — a doutrina que transpunha para o estudo das sociedades humanas as noções de «selecção natural» e de «sobrevivência das espécies mais favorecidas» que Darwin utiliza no campo da biologia. O seu mais eminente representante em Portugal é Oliveira Martins, com todo o peso da autoridade intelectual de que já então gozava e se prolongará por todo o século XX. Partindo da ideia de que as raças de características mais favoráveis, entrando em competição com as inferiores, tenderiam a eliminá-las, Oliveira Martins fazia a crítica da política colonial do liberalismo português, a seu ver demasiado branda e pouco compensadora, em nome das realidades práticas da vida: nas suas palavras, só «sem escrúpulos, preconceitos nem quimeras» se poderia e deveria fazer a exploração do ultramar⁵. Concepção idêntica nos aparece na pena dos maiores vultos da administração colonial da época — António Enes, Mouzinho de Albuquerque, Eduardo Costa, para citar apenas alguns dos mais conhecidos —, vindo a reflectir-se no tratamento dado a todas as grandes questões: no domínio de mão-de-obra (abolida que fora a escravatura em 1875) justificando o trabalho forçado; no da propriedade, validando a apropriação da terra pelos colonos brancos; no do ensino, remetendo para formas elementares de aprendizagem os africanos, exclusivamente destinados ao trabalho manual. Assim ganhavam corpo temas e práticas que, combatidos num

ou noutro momento, modificados num ou noutro pormenor, se vão conservar, no essencial, até meados do século XX.

4. A Ocupação Efectiva e os Seus Problemas

A crise desencadeada pelo *ultimatum* teve o seu termo com o tratado anglo-luso de 11 de Junho de 1891. Ao assiná-lo, Portugal abandonava qualquer pretensão de construir um império que fosse da costa à contracosta, unindo Angola a Moçambique; mas ficaram-lhe vastíssimos territórios, em muitos dos quais nunca exercera a sua soberania, e quase todos por ocupar. As campanhas de «pacificação» — na realidade, de conquista — constituem o traço mais marcante do período que se segue, prolongando-se até à I Guerra Mundial e, em casos pontuais, até aos anos vinte. Decisivas, a muitos títulos (sobretudo pelo impacto que têm na metrópole), dado o prestígio militar dos vátuas, são as vitórias sobre o império de Gaza, em 1895: a derrota do seu rei, Gungunhana, a sua captura por Mouzinho de Albuquerque em Chaimite, com o subsequente transporte para Lisboa, por cujas ruas foi passeado em cortejo, marcam o ponto culminante da gesta imperial africana, representando como que o contraponto da humilhação sofrida com a submissão às injunções inglesas, quatro anos antes.

O alargamento da ocupação efectiva vinha dar uma especial premência aos problemas da administração colonial, cujo debate se centra nesta fase em dois temas principais: a opção entre as formas civis e militares de governo e o maior ou menor grau de autonomia a conceder aos territórios ultramarinos face à metrópole. Muito combatida por permitir todas as violências e extorsões, a administração militar — ponto de partida em territórios recentemente conquistados — foi progressivamente abolida, não sem resistências e recuos, durante a primeira República, num processo que tem um dos seus marcos principais no famoso «Regulamento das circunscrições da província de Angola» promulgado pelo governador Norton de Matos em 1913. Paralelamente, seguiu-se o caminho da descentralização, concedendo-se uma ampla autonomia ao governo de Moçambique já em 1907 (ainda na vigência da monarquia) e depois em 1914 (já em regime republicano), ao conjunto dos territórios ultramarinos. Interrompida pela I Grande Guerra, a experiência foi relançada a partir de 1920, com a nomeação de altos comissários para Angola e Moçambique. Mas com más consequências: em ambos os casos, as colónias contraíram empréstimos vultosos, recorrendo à emissão de papel-moeda, com a consequente inflação, desvalorização da moeda local face à libra e impossibilidade de transferência de fundos para a metrópole, à qual coube satisfazer os compromissos externos angolanos.

À crise financeira, muito acentuada em meados dos anos vinte, veio juntar-se a mediocridade dos resultados no campo económico. Para a conquista dos mercados coloniais, a produção portuguesa contava desde 1892 com novas pautas, fortemente proteccionistas, promulgadas sob o impulso da crise de 1890. À sua sombra, cresceram em flecha, inicialmente, as exportações de têxteis de algodão para as colónias,

em especial para Angola, ao mesmo tempo que aumentavam as remessas de outro artigo muito importante para a economia portuguesa, o vinho, destinado sobretudo a Moçambique. Por seu turno, as reexportações de produtos coloniais — cacau de S. Tomé, café e borracha de Angola —, igualmente favorecidas por direitos diferenciais, ganharam também peso na economia nacional, contribuindo para colmatar o défice de balança comercial externa.

Mas estas tendências não se mantiveram, dobrado o século. Nos algodões, passada uma primeira grave crise em 1900-1902, o mercado estabiliza e decai depois progressivamente, sendo os números de 1921-26 inferiores aos do ante-guerra. Quanto ao vinho, a trajectória é idêntica, com uma quebra ainda mais acentuada no final desta fase, provocada por uma muito forte baixa do consumo em Moçambique, não compensado pelos aumentos em Angola⁶. Factores específicos explicam em parte as dificuldades de cada um destes produtos em África: para os têxteis de algodão, a concorrência de artigos introduzidos em Angola pela zona livre do Congo; para o vinho, a preferência pelas bebidas fermentadas locais, mau-gradado as medidas repressivas. Mas os principais factores de crise são de ordem mais geral. Em Angola, prendem-se com o esgotamento do sistema herdado do século XIX, que tinha por base a exportação de artigos de produção espontânea, colhidos no interior, nomeadamente a borracha e o café, que agora não conseguem competir no mercado internacional. Por seu turno, a colónia moçambicana, cujas relações com a economia da metrópole sempre haviam sido ténues, vai entrando paulatinamente na órbita da União Sul-Africana, para onde exporta mão-de-obra e de onde recebe divisas. Em qualquer dos casos, a economia de plantação tarda em arrancar. Onde tal já acontecera no século XIX — em S. Tomé e Príncipe —, a exaustão dos solos e a doença dos cacauzeiros provocaram uma baixa profunda de produção, após a I Guerra Mundial.

A falência da economia e das finanças coloniais, evidente em meados da década de vinte, é um dos elementos que contribuem para a queda da primeira República. Além do mais, voltava a planar a ameaça de uma nova repartição dos territórios ultramarinos pelas potências europeias. Tal ameaça existia desde o acordo secreto de 1898 entre a Grã-Bretanha e a Alemanha; e fora renovada por ocasião das negociações entre esses mesmos países, em 1912-13. Para a esconjurar, os governos republicanos haviam forçado a entrada de Portugal na Grande Guerra desde 1916 — temendo, não apenas a vitória alemã, mas sobretudo um eventual compromisso entre os beligerantes, à custa das colónias portuguesas. De momento, o perigo fora evitado; mas as pressões renasciam agora sobre novas bases, no âmbito da Sociedade das Nações, a partir da ideia de que os Estados coloniais eram responsáveis perante a comunidade internacional pela forma como exerciam a sua missão civilizadora nos territórios deles dependentes. A repercussão que teve em 1925 o chamado *relatório Ross* — que denunciava formas de trabalho próximas da escravatura em Angola — contribuiu ainda para ensombrar o ambiente, fragilizando as posições de Portugal em África.

5. O Estado Novo e o Mito do Império

A política da ditadura militar (instaurada em 1926) e do regime salazarista, nos anos trinta, representa por boa parte uma reacção à situação criada na fase final da primeira República. Antes de mais, pela reafirmação oficial da vocação colonizadora do país: «É da essência orgânica da Nação Portuguesa» — dizia-se no art. 2º do Acto Colonial de 1930, incorporado depois na Constituição de 1933 — «desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam [...]». A doutrina não era nova, estando ligada à velha tendência, inerente à tradição imperial, que via na expansão ultramarina a própria condição da sobrevivência da nação e um aspecto central da conservação da sua identidade. A novidade reside na sua inserção no texto constitucional — unindo irrefragavelmente o destino, se não do país, pelo menos do regime do «Estado Novo», então nascente, ao projecto colonizador. Deste modo se procurava tornar claro, no campo das relações externas, que se resistiria a quaisquer pressões pelas quais se visasse obrigar Portugal a cedências de soberania em África. Poucos anos mais tarde — em 1937, quando se falava de novo numa possível repartição dos territórios ultramarinos portugueses, agora destinados a satisfazer os apetites coloniais da Alemanha e da Itália —, o tema reaparece numa nota oficiosa de Oliveira Salazar, onde se volta a acentuar o carácter intocável do domínio ultramarino: «Alheios a todos os conluios, não vendemos, não cedemos, não arrendamos, não partilhamos as nossas colónias, com reserva ou sem ela de qualquer parcela de soberania nominal para satisfação dos nossos brios patrióticos. Não no-lo permitem as nossas leis constitucionais; e, na ausência desses textos, não no-lo permitiria a consciência nacional»⁷.

Mas a reafirmação da vocação colonizadora visava também objectivos de ordem interna. Tratava-se de criar — ou de fazer renascer — uma verdadeira mística imperial, de mobilizar os espíritos, arreigando no conjunto da população portuguesa (são ainda as palavras de Salazar) o «amor» pelos domínios coloniais e fazendo passar as elites por África, a preparar o meio de tal modo que se pudesse viver indiferentemente na metrópole e no ultramar⁸. Tal como ficava consagrado na lei, o conceito de «império colonial» deveria actuar como ideia-força, trazendo a todos (di-lo-á Salazar posteriormente) «uma noção de unidade e um sentimento optimista de grandeza, indispensáveis para estimular energias e arredar-nos da mornidão e tacañez que ameaçavam continuar a estiolar pensamentos, planos e esforços»⁹. Neste sentido se fez nos anos trinta um importante esforço de mobilização, através de múltiplas iniciativas, que culminam em 1940 com a Exposição do Mundo Português.

Na sua face económica, o projecto imperial do Estado Novo tem três vectores principais: a centralização, a nacionalização e o reforço do regime de pacto colonial.

Iniciada logo nos começos da ditadura militar, em 1926, e completada depois com o Acto Colonial, a política de centralização traduz-se no cerceamento das autonomias dos territórios coloniais no domínio financeiro, ficando os respectivos orçamentos sujeitos à aprovação expressa do ministro das Colónias, e na extinção

dos altos comissários, substituídos por governadores com poderes reduzidos, sendo o poder de decisão transferido no essencial para o governo de Lisboa.

Prescrita também no Acto Colonial, a «nacionalização» da economia do ultramar não significava a absoluta exclusão de capitais estrangeiros, mas o seu estrito controlo pelo Estado, restringindo-se à partida o seu campo de acção tanto no domínio territorial como na exploração de portos mercantis e excluindo-se a concessão a empresas particulares de funções e privilégios de soberania. Por efeito destas normas, foram na vigência do Estado Novo abolidas as companhias majestáticas formadas anteriormente em Moçambique, transitando igualmente para o Estado o domínio do porto da Beira. Quanto aos capitais efectivamente investidos, eles foram até 1961 (data do início da guerra colonial) maioritariamente de origem portuguesa.

Finalmente, a política de reforço do regime de pacto colonial tinha em vista relançar o velho projecto de fazer das colónias um mercado reservado para a produção da metrópole e um fornecedor de matérias-primas para a indústria portuguesa. Como mecanismos de protecção aos artigos nacionais, utilizam-se agora não apenas os diferenciais nas pautas alfandegárias, mas também o controlo de divisas e os contingentamentos. Embora o leque de produtos remetidos para os territórios de África se alargue (incluindo nomeadamente os cimentos), o núcleo fundamental das exportações continua a ser constituído pelos tecidos de algodão e pelo vinho. Pelo lado das matérias-primas, faz-se logo desde 1926 um grande esforço de fomento do algodão colonial, pelo estabelecimento do sistema de cultura forçada (extremamente gravoso para os camponeses africanos por ele abrangidos) e, numa primeira fase, que vai até 1942, pela fixação de preços de importação na metrópole superiores aos do mercado mundial, a que se acrescentam depois outras formas de regulamentação coerciva do comércio deste têxtil¹⁰. Apoiada numa máquina administrativa com maior capacidade de intervenção e de repressão, esta tentativa conhece um êxito que outras anteriormente não haviam conseguido: cobrindo apenas 8,4% das necessidades da indústria portuguesa em 1932, o algodão preenche já cerca de 60% da importação total em 1939¹¹, percentagem que sobe ainda no final da década seguinte¹².

Este é apenas um dos aspectos do sucesso relativo da política colonial do Estado Novo no cumprimento de um dos seus objectivos centrais — a integração económica das várias partes do império. Esse sucesso torna-se particularmente nítido após a II Guerra Mundial, quando se dá o arranque da economia das colónias, sob o impulso do aumento de preços das matérias-primas. A parte das remessas para os territórios de África na exportação total da metrópole, que se mantivera cerca de 12% entre 1926 e 1943, sobe para 25% a partir do ano seguinte, até finais da década de cinquenta. Neste mesmo período, os têxteis de algodão nacionais preenchem já nove décimos dos importados em Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Angola e três quartos dos importados em Moçambique; e os envios de vinho cifram-se em perto de 1075 milhares de hectolitros anuais, em 1955-59 (contra os 180 milhares de média em 1930-34), correspondendo a quase 80% do total das exportações do produto. Para além disso, alarga-se ainda a gama dos artigos nacionais exportados para o império,

que abrangem agora, entre outros, a cerveja, as conservas de peixe, produtos químicos, pneus e máquinas. Por outro lado, inicia-se um incipiente processo de transferência de indústrias para Angola e Moçambique, sob o controlo de alguns dos mais importantes grupos económicos portugueses¹³.

Mas o aspecto mais marcante desta evolução está no novo peso que ganha desde finais da década de quarenta a emigração para as colónias de África — a qual, pela primeira vez na história do império, representa quase metade da emigração total, entre 1947 e 1960¹⁴. É então — só então — que se forma um núcleo extenso de população europeia nas duas principais colónias: em Angola, passando-se de 44 000 brancos em 1940 para 173 000 em 1960; em Moçambique, de 27 500 a 97 000, nas mesmas datas¹⁵.

Como vemos, em meados de Novecentos a intensidade das relações entre a metrópole e os territórios da África negra atingira um nível até então inigualado: por um lado, são já vastos os interesses económicos em jogo; por outro, o mito do império, insistentemente promovido pelo Estado, toca com maior ou menor força todos os sectores da sociedade portuguesa.

Mas um elemento houve que o projecto imperial do Estado Novo não conseguiu nunca integrar, a não ser como objecto — a própria população africana. Simplificando um tanto, pode dizer-se que durante o regime salazarista coexistem duas correntes principais na forma de ver os «nativos» das colónias de África, ambas com raízes no século XIX. Uma delas, tributária ainda das teses do «darwinismo social», parte do postulado da inferioridade da raça negra, a qual, insusceptível de civilização, estaria condenada a viver sob a tutela da raça branca — sem o que voltaria ao estado natural de selvajaria. É esta teoria dominante até meados da década de quarenta: estava-se na época de afirmação dos valores de «raça» (uma suposta raça portuguesa) a impor às etnias bantas; repudiava-se a mestiçagem e falava-se muito de «colonização étnica», ou seja, do povoamento das colónias africanas por uma população branca numerosa, de ambos os sexos, de modo a evitar as misturas raciais. A segunda corrente é mais etnocêntrica do que propriamente racista: proclama-se a superioridade, não da raça branca, mas da civilização ocidental, imbuída de valores cristãos, de validade universal, a que os povos negros podem aceder, quando devidamente educados — cabendo a Portugal essa tarefa missionária. Marginal até ao conflito de 1939-45, esta doutrina assume depois foros de teoria oficial, em resposta às tendências descolonizadoras no concerto das nações.

Mas, para além das justificações ideológicas, a realidade mantinha-se inalterada, no essencial, traduzindo-se pelo que foi referido como «assimilação selectiva»¹⁶ — uma política, já esboçada em vários diplomas legais da primeira República e consagrada posteriormente nos «Estatutos dos Indígenas» e legislação conexas, que restringia a concessão da cidadania plena aos negros que mostrassem estar integrados na cultura portuguesa. Poucos preenchiam os requisitos exigidos: em 1961 (data da abolição do «Estatuto»), menos de 1% do total da população africana de Angola e Moçambique. Manifestamente, o regime via-se incapaz de formar e captar as novas

elites; quanto às tradicionais, procurava minar-lhes o poder, reduzindo-as, na melhor das hipóteses, a meros auxiliares da administração.

Nestas condições, é muito estreita a margem de manobra do Estado português, quando o movimento de descolonização de África se acelera. Prisioneiro dos seus próprios mitos, cego em relação aos nacionalismos africanos, cuja autenticidade nega, resta ao regime a via da resistência militar por tempo indefinido — via que conduz ao colapso de 1974.

6. Conclusão

Esboçámos nas páginas anteriores o difícil percurso do colonialismo português em África nos últimos 150 anos. Referimos os obstáculos que encontrou para se afirmar no terreno, verificámos o seu arranque tardio, logo seguido do colapso. Estamos longe das teses do «luso-tropicalismo», da capacidade de «união» aos trópicos e de integração espontânea dos valores de outras culturas, tudo tomado como constante da vida portuguesa, emanando da «essência» da nação. Onde o «luso-tropicalismo» vê permanências, nós encontramos realidades históricas muito variáveis — e, em geral, muito afastadas das pressupostas por essa mesma teoria. A nível do Estado, varia o grau e o tipo de interesse demonstrado pelos territórios africanos: neste ponto, a ruptura principal verifica-se com a descolonização do Brasil, que faz passar a África da periferia para o centro do projecto colonial. No âmbito da sociedade portuguesa no seu todo, não é também homogénea no tempo a atitude face ao império africano: como indicámos, só em finais de Oitocentos a ideologia colonial ganha sectores mais vastos, pela via do nacionalismo antibritânico; e só depois da II Guerra Mundial as colónias de África conseguem atrair uma percentagem significativa da emigração da metrópole.

Quanto às relações com as populações africanas — ponto-chave para o «luso-tropicalismo» —, vimo-las marcadas por um etnocentrismo rígido, quando não por formas mais extremas de racismo. Pode no entanto alegar-se que, no quadro, não já da ideologia expressa na legislação ou nos livros, mas dos contactos raciais efectivamente estabelecidos, a realidade é outra: aí tornar-se-ia evidente a capacidade do português para viver em harmonia como o negro e até para se integrar na sua cultura. Mas a análise histórica mostra que o modo de estar do português em África varia também com o tempo e o lugar, dependendo sobretudo da específica relação de forças existente entre as duas comunidades: com o aumento da emigração para Angola e Moçambique cresce igualmente o racismo nos dois territórios, em formas mais ou menos abertas.

Teremos portanto de remeter o «luso-tropicalismo» para a categoria dos mitos. Como tal, traduz em parte a necessidade das elites políticas e culturais portuguesas de afirmar a especificidade do país perante o perigo de absorção pela Espanha, não sendo mais do que uma nova versão da velha ideia de que Portugal só pode garantir a sua sobrevivência pela afirmação de uma vertente ultramarina. Como tal ainda, não pode negar-se-lhe força histórica: a crença generalizada numa especial vocação

«africana» da nação acaba por ter efeitos por si própria, contribuindo para manter desperto o interesse pelo continente negro. Junte-se-lhe o facto de parte significativa da população portuguesa ter passado pelas antigas colónias, a um ou outro título; e ainda a comunidade de língua com os cinco países de África nascidos do desmembramento do império — e teremos as bases para o relançamento do «africanismo» em Portugal.

* Comunicação apresentada nas IV Jornadas de Estudios Luso-Españoles (Universidad Nacional de Educación a Distancia, Mérida, 1991). Agradeço ao Prof. Hipólito de la Torre, organizador das Jornadas, a autorização para a publicar em Portugal.

- ¹ Cfr. tb. de FREYRE, Gilberto, *Le Portugais et les Tropiques*. Lisboa, 1961, pp. 5-7 e 300. Circunscrita ao Brasil, a tese fora já enunciada em *Casa Grande e Senzala* (1933).
- ² Cfr. PÉLISSIER, René, *História das Campanhas de Angola*. Lisboa, 1986, caps. II a VII.
- ³ Cfr. CLARENCE-SMITH, G., *The Third Portuguese Empire, 1825-1975*, cap. 3.
- ⁴ Análise feita na tese de AVELAR PINHEIRO, Magda, *Chemins de fer, structures financières de l'Etat et dépendance extérieure au Portugal, 1850-1890*. Univ. Paris I, 1986.
- ⁵ Cfr. MARTINS, Oliveira, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*. Lisboa, 1953 (a 1ª edição é de 1880), pp. 261-265.
- ⁶ Cfr. CLARENCE-SMITH, *op. cit.*, pp. 120-121.
- ⁷ Cfr. SALAZAR, Oliveira, *Discursos*, vol. II, p. 264 (nota oficiosa de 29-1-1937).
- ⁸ Cit. por SILVA, Duarte, «Salazar e a Política Colonial do Estado Novo», in *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa, 1989, p. 131.
- ⁹ Cfr. SALAZAR, Oliveira, *Discursos*, vol. V, p. 27 (discurso em 30-11-1954).
- ¹⁰ Cfr. ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos Anos Trinta*. Lisboa, 1986, pp. 43-44.
- ¹¹ *Idem, ibidem*, p. 147.
- ¹² Cfr. CLARENCE-SMITH, G., *op. cit.*, pp. 149-151.
- ¹³ *Idem, ibidem*, cap. 6.
- ¹⁴ *Idem, ibidem*, pp. 177-179; cfr. tb. SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa*, Lisboa, 1974, pp. 78-82.
- ¹⁵ Cfr. DUFFY, James, *Portuguese Africa*. Cambridge, Mass, 1961, pp. 337-339; e CLARENCE-SMITH, G., *op. cit.*, pp. 178-181.
- ¹⁶ Cfr. p. ex. DIAS, Jorge, «Contactos de Cultura», in *Colóquios de Política Ultramarina Internacionalmente Relevante*. Lisboa, 1957, pp. 73-75.